Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, conjugado com o artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, se procede à abertura do período de discussão pública relativo ao processo de loteamento a levar a efeito nos prédios denominados Quinta da Figueira Branca, descritos na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob os n.ºs 56 194 a fl. 4 v.º do livro n.º B-152 e 53 278 a fl. 149 v.º do livro n.º B-143, estando o primeiro inscrito na matriz Cadastral Rústica sob o artigo 310 secção H e na matriz Predial Urbana sob o artigo 4337 e o segundo na matriz Cadastral Rústica sob o artigo 309 da secção H, pendente de alteração, da freguesia de Mafra, sito nos limites dos Gorcinhos, da indicada freguesia, deste concelho, para constituição de 58 lotes, sendo os lotes de 1 a 41, 43 e 54, destinados a moradias unifamiliares; o lote 42 destinado a comércio, serviços e ou restauração; os lotes 55 e 57 destinados a edifício multifamiliar e comércio e o lote 58, destinado a condomínio habitacional composto por um máximo de quatro moradias unifamiliares, mantendo-se, no entanto, a actual construção, inscrita sob o artigo 4337, com 200 m²; nos lotes de 1 a 41, 43 e 54 é ainda viável a construção de um anexo, em nome de Maria José Madail Rosa, residente na Avenida do 1.º de Maio, 49, 1.º, B, na vila, sede de freguesia e concelho de Mafra.

Para o efeito o referido projecto estará disponível na Secção de Atendimento da Câmara Municipal de Mafra, a partir do dia seguinte ao da presente publicação e por um período de 15 dias, durante o horário de atendimento, das 9 às 15 horas.

Quem pretender apresentar reclamações, observações ou sugestões, deverá fazê-lo, por escrito, e endereçá-las à Câmara Municipal de Mafra, Praça do Município, 2644-001 Mafra, ou entregá-las directamente na Secção acima referida.

Para constar se publica o presente aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume, publicado no *Diário da República* e na Comunicação Social.

22 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Maria Ministro dos Santos*.
1000302885

CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

Aviso

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho de 25 de Maio de 2006, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo-termo certo, por mais um ano, com início em 1 de Julho do corrente ano, com a seguinte funcionária: Sara de Jesus Becho Escarameia, na categoria de auxiliar serviços gerais, com a remuneração ilíquida de 412,06 euros. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Maio de 2006. — O Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Martins Frutuoso*.
1000302900

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Aviso n.º 261/2006

Concurso interno geral de acesso

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do vereador do pelouro de recursos humanos de 9 de Junho do corrente ano, ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, decidiu abrir concurso interno geral de acesso para provimento de uma vaga de arquitecto de 1.ª classe (C-109/2006), do quadro de pessoal deste município, de acordo com a alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, nos seguintes termos:

Objecto e validade — o concurso visa, exclusivamente, o provimento da vaga posta a concurso e esgota-se com o seu preenchimento.

Prazo de apresentação de candidaturas — o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

Os métodos de selecção a utilizar serão a entrevista profissional de selecção e a avaliação curricular, que terá um coeficiente de pondera-

ção 2, resultando a classificação final da média aritmética das classificações obtidas em cada método.

2 — A avaliação curricular operar-se-á através da seguinte fórmula:

$$(EP \times 3 + CS + FP + H)/6$$

em que:

EP = experiência profissional.
CS = classificação de serviço.
FP = formação profissional.
H = habilitação académica de base.

2.1 — Na avaliação curricular:

a) À experiência profissional (*EP*) serão atribuídas menções qualitativas com a seguinte pontuação:

Muito Bom — de 17 a 20 valores;
Bom — de 14 a 16 valores;
Suficiente — de 10 a 13 valores;
Insuficiente — de 0 a 9 valores.

Para a análise da experiência profissional, deverão os candidatos elaborar um relatório, em que descreverão sucintamente a actividade por si desenvolvida nos últimos três anos, não podendo exceder três folhas A4 dactilografadas, o qual deverá ser entregue juntamente com a respectiva candidatura ao concurso.

b) A pontuação do factor classificação de serviço (*CS*) é equivalente à respectiva expressão quantitativa, multiplicada por 2, apenas relevando a última classificação de serviço obtida;

c) O factor formação profissional (*FP*) tem a seguinte pontuação:

Nenhuma unidade de crédito — 10 valores;
De 1 a 5 unidades de crédito — 12 valores;
De 6 a 10 unidades de crédito — 14 valores;
De 11 a 15 unidades de crédito — 16 valores;
De 16 a 20 unidades de crédito — 18 valores;
Mais de 20 unidades de crédito — 20 valores.

As acções de formação são convertidas em unidades de crédito, de acordo com a tabela seguinte:

Acções de formação	Unidades de crédito
1, 2 dias	1
3, 4 dias	2
5 dias	3
> 5 dias	4

Para efeitos do cálculo do factor formação profissional (*FP*), apenas relevam os cursos e acções de formação frequentados durante a permanência na categoria relacionados com a área do lugar a prover e comprovados mediante fotocópia de certificado ou diploma, que deverão ser apresentadas conjuntamente com o requerimento.

O factor habilitação académica de base (*H*) tem a pontuação equivalente à nota final de curso, acrescida de 1 valor por cada curso de pós-graduação, de 2 valores no caso de mestrado e de 3 valores no caso de doutoramento, até ao limite máximo de 20 valores.

3 — Na entrevista profissional de selecção serão atribuídas, aos candidatos, menções qualitativas com a seguinte pontuação:

Muito favorável — de 15 a 20 valores.
Favorável — de 10 a 14 valores.
Não favorável — de 0 a 9 valores.

3.1 — Serão considerados os seguintes parâmetros: interesse pela função, autodomínio, autoconfiança, influência, trato, capacidade de raciocínio, modo de expressão, apresentação, cultura geral e conhecimentos de informática. Cada parâmetro terá três níveis de apreciação pontuados com 2, 1 e 0 valores, o mais alto, o médio e o mais baixo, respectivamente.

4 — A cotação de cada um dos métodos de selecção variará de 0 a 20 valores, resultando a classificação final da média aritmética.

Composição do júri — o júri terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. Nuno Oliveira, vereador.
Vogais efectivos:

Arquitecto Luís Miranda, director municipal, que substituirá o presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, e arquitecto Emídio Fonseca, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Arquitecta Isabel Flores, directora de departamento, e arquitecto Fernando Couto, chefe de divisão.

Legislação aplicável — ao concurso aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na sua actual redacção, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Candidatos — a este concurso podem concorrer os arquitectos de 2.ª classe com, pelo menos, três anos na respectiva categoria, classificados de *Bom*, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Requisitos gerais de admissão — são requisitos de admissão os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Matosinhos.

Remuneração — o cargo a prover será remunerado de acordo com o disposto no Sistema Retributivo da Administração Local (anexos ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março).

Formalização de candidaturas:

1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em folha de papel normalizado A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos ou enviado pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, para a seguinte morada — Câmara Municipal de Matosinhos — Departamento de Recursos Humanos — Avenida de D. Afonso Henriques, 4454-510 Matosinhos, onde indiquem os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número, data de emissão, validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, número de telefone, código postal e localidade);

b) Certificado de habilitações literárias onde conste a média final do curso;

c) Categoria a que se candidata, com identificação do respectivo concurso, mediante referência ao número do aviso de abertura;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito.

2 — Juntamente com o requerimento de admissão, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae*, devidamente datado e assinado;

b) Declaração emitida pelo respectivo serviço, comprovativa da categoria, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na Administração Pública, e especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa;

c) Documento comprovativo das classificações de serviço, quantificadas, dos últimos três, cinco ou seis anos.

3 — Os candidatos que sejam funcionários da Câmara Municipal de Matosinhos estão dispensados de apresentar os documentos que constam já dos seus processos individuais.

Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos — a lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista classificativa, serão afixadas em expositores no edifício dos Paços do Concelho.

Critérios de apreciação — os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

Igualdade de oportunidades — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.
1000302911

Aviso n.º 262/2006

Nomeação de pessoal dirigente — recrutamento para provimento de cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º grau.

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, na sequência de procedimentos de candidatura para os cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º grau, abaixo mencionados, publicados através da oferta de Emprego Público na BEP n.º OE200509/0222 e no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 19 de Setembro de 2005; na BEP n.º OE200510/0448 e no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 28 de Outubro de 2005; na BEP n.º OE200602/0308 e no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 21 de Fevereiro de 2006, e dando satisfação ao preceituado no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na nova redacção pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, torno público que, por despachos de 31 de Março, 5 de Abril e 1 de Junho de 2006, o presidente da Câmara nomeou em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir da data dos referidos despachos:

Os licenciados Rute Susana Costa Alves Tavares Rijo, Jacinta Maria Oliveira Monteiro Soares Batista e José António Pinto Júnior, nos cargos de chefe de Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras, chefe de Divisão de Comunicação e Imagem e director do Departamento Jurídico, respectivamente, considerando que possuem experiência no desempenho de funções dirigentes e, concretamente, na área de actuação em concreto; considerando que o plano que apresentaram teve em conta as atribuições definidas no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais e propuseram medidas concretas, visando uma melhor eficácia dos respectivos serviços; e considerando, finalmente, que os candidatos nomeados eram detentores de competência técnica para o exercício das funções inerentes ao respectivo cargo, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço:

Nota relativa ao currículo académico e profissional dos nomeados

Rute Susana da Costa Alves Tavares Rijo, licenciada em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Universidade Portucalense.

Detém, entre outros, Módulo II do Curso «As Autarquias Locais e as Parcerias Públicas Privadas; Concessões e Empresas Municipais; Acção Nova Legislação Laboral, integrada no programa Formação Empresa; Curso de especialização em «Código do Trabalho», organizado pelo Instituto Superior de Administração e Gestão — ISAG.

Em 3 de Outubro de 2001 iniciou funções como técnica superior jurista (estagiária), no Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Matosinhos.

Em 26 de Agosto de 2005 foi nomeada chefe de Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras, em regime de substituição.

Jacinta Maria Oliveira Monteiro Soares Batista, bacharel em Comunicação Social, devido ao carácter biépico do Curso Superior de Comunicação Social, ministrado na Escola Superior de Jornalismo e licenciada em Jornalismo Internacional pela mesma escola.

Investigou e redigiu a monografia composta por 149 páginas, subordinada ao tema «Televisão e Escola: Dois Mundos do Aluno».

De Maio de 1999 a Setembro de 2002 foi assessora da Câmara Municipal de Matosinhos para as áreas da Comunicação Social, Imagem e Relações Públicas, exercendo funções no Gabinete de Relações Públicas da Câmara.

De Novembro de 2000 a Janeiro de 2001 foi destacada para exercer funções no âmbito da formação académica — Comunicação Social e Relações Públicas — no Gabinete Pessoal do presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

Em 5 de Novembro de 2001 ingressou no quadro de pessoal na carreira técnica superior de comunicação social.

De Janeiro de 2001 a Maio de 2005 exerceu funções de secretária nomeada do presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

De 1 de Junho de 2005 a 5 de Setembro de 2005 exerceu funções como adjunta do presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

Em 5 de Setembro de 2005 foi nomeada chefe de Divisão do Gabinete de Comunicação e Imagem, em regime de substituição.

Dr. José António Pinto Júnior, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra.

Fez a Magistratura do Ministério Público, com a categoria de delegado de Procurador da República interino, passando ao quadro, fez a progressão na carreira até delegado do Procurador da República de 1.ª classe.